



3ª Reunião ordinária do CGS de 2018

1
2
3 Ao vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no auditório da Secretaria Municipal de
4 Urbanismo e Meio Ambiente, com início às 14 horas e trinta minutos, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do
5 Conselho das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS do ano de 2018, que teve como pautas: 1)
6 Capacitação ministrada pelos técnicos do IPHAN sobre os sítios arqueológicos do Parque Natural Municipal
7 das Dunas da Sabiaguaba; 2) Formação do Comitê Gestor de trabalho para acompanhar o Plano de Manejo da
8 Sabiaguaba. A princípio, Edilene Oliveira, Coordenadora de Políticas Ambientais da SEUMA, deu as boas
9 vindas, pediu para que todos se apresentassem e fez os direcionamentos de como iria ocorrer à reunião. Em
10 seguida, a palavra foi passada para Luci Danielli, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –
11 IPHAN, que iniciou sua apresentação manifestando o interesse do IPHAN de participar do CGS, uma vez que o
12 órgão possui interesse na preservação dos sítios arqueológicos, que estão dentro das unidades de conservação
13 da Sabiaguaba. Logo após fez uma explanação do que é e o que faz o IPHAN, diante disto falou que a instituição
14 trata-se de uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, que completou 80 anos em 2017. Em
15 seguida falou que de acordo com a Constituição Federal, Patrimônio Cultural Brasileiro são os bens de origem
16 material e imaterial, tornados individualmente ou em conjunto, portadores de referencia de identidade, ação,
17 memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Falou que o objeto do IPHAN é ser
18 responsável pela questão da preservação do patrimônio material, que são bens edificados, como por exemplo,
19 a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção e o Teatro e a Casa José de Alencar que são tombados a nível
20 Federal, além do Patrimônio Arqueológico. Com relação ao patrimônio imaterial, existe as rodas e o ofício de
21 mestre de capoeira, o teatro de boneco popular do nordeste e a festa do pau da bandeira de Barbalha. Entre o
22 patrimônio paisagístico citou os monólitos de Quixadá. Com relação aos sítios arqueológicos, falou que existe
23 uma legislação específica, Lei nº 3.924/1961 que abrange os objetos que trazem a memória de grupos pré-
24 históricos e históricos. Disse que no site do IPHAN possui o cadastro dos sítios arqueológicos
25 georreferenciados. E que os 582 sítios estão distribuídos em categorias como: pré-colonial, que é referente aos
26 grupos indígenas, que não possuíam a escrita; sítios de contato que é a junção de cultura do indígena com o
27 grupo europeu; e os sítios históricos que abrange materiais dos séculos XVII, XVIII e XIX que fazem referencia
28 as edificações do período posterior ao contato. Com relação ao tombamento, o mesmo deve estar escrito no
29 livro de tombo da edificação. Com relação ao sítio arqueológico, de acordo com a Lei, é protegido
30 simplesmente pelo fato de ser um sítio arqueológico. Falou que dentro dos limites das Unidades de
31 Conservação da Sabiaguaba possui 7 sítios arqueológicos, que são do período pré-colonial. Diante disso, vê-se
32 a preocupação desses sítios que estão na área de Área de Proteção Ambiental – APA, visto que as invasões
33 irregulares estão incidindo onde estão os sítios. Em seguida mostrou as disposições dos sítios na Sabiaguaba.
34 Disse que devido as movimentações dunares, existem uma modificação das disposições dos sítios, ou seja, o
35 que antes estava coberto agora está descoberto pelas dunas. Falou que os estudos na região iniciaram a a
36 partir do processo de licenciamento da construção da ponte do rio Cocó e da rodovia CE 010. Dentro dos sítios
37 foram datados grupos de 1000 a 2000 anos e estão situados em planície de deflação, com dunas móveis,
38 tabuleiro pré-litorâneo, vendo-se assim, uma necessidade de estudos contínuos na área. Continuou dizendo
39 que os grupos que habitavam na região são pescadores, coletores, caçadores, e os que produziam cerâmica.
40 Falou ainda que em 2010, foi realizada uma pesquisa em que foi feita uma datação de 4600 anos atrás,
41 realizada através da utilização do carbono 14 (C14), e que foram identificados sítios em torno da CE em áreas
42 de ocupação, e o que tange às dunas a preocupação é o transito de veículos em cima do sítio arqueológico.

Folha: de



43 Disse que os sítios arqueológicos só podem ser retirados do seu local de origem se houver a necessidade de
44 ocupação da área. Diante disto, de acordo com a normativa 001/2015 o IPHAN deve participar do processo de
45 licenciamento, para que se faça o devido estudo para que se averigüe se há, ou não, presença de artefatos, para
46 que os menos sejam removidos de forma que não os prejudique. E se há um sítio arqueológico é feito o
47 monitoramento, uma vez que pode aparecer material na hora da escavação de uma ou outra estrutura. Todo
48 material arqueológico retirado vai para uma instituição de guarda pública, e hoje existe um cadastro dessas
49 instituições que podem receber esse acervo. Durante a apresentação, Raphael Pires, do Instituto de Arquitetos
50 do Brasil – IAB, perguntou se no Ceará existe alguma instituição que receba um acervo arqueológico. Luci
51 Danielli, IPHAN, respondeu que em Fortaleza, o Instituto Cobra Azul recebeu o acervo que foi retirado pela
52 Universidade Federal de Pernambuco. Continuou dizendo que um sítio em uma Unidade de Conservação
53 teoricamente não sofreria impacto, não necessitando sair do local de origem, que conta a história e as dos
54 grupos humanos que existiam. E por isso devem ser preservados *in situ*, para educação, para promover a
55 preservação, para desenvolver ações de cidadania e diante disto, tem-se a importância das ações de educação
56 e de fiscalização. Durante a apresentação, Aurélio, morador da Sabiaguaba, falou que não se tem visto
57 fiscalização alguma no Parque das Dunas da Sabiaguaba e que o que se vê são muitos veículos 4x4 transitando
58 irregularmente nas dunas. Daniele, AGEFIS, respondeu dizendo a Prefeitura de Fortaleza não possui carros
59 4x4 apropriados para realização de fiscalizações em cima da duna, e que existe um Plano de Fiscalização na
60 Sabiaguaba em que 3 vezes por semana os fiscais atuam na área. Em seguida, Luci Danielli, IPHAN, continuou a
61 apresentação, dizendo que os elementos de degradação vão desde o pisoteio, o tráfego irregular de veículos,
62 edificações de domicílio, entulhos de construção, lixo doméstico, além de extração de areia de duna. Falou
63 ainda que a degradação dos sítios arqueológicos entra como crime ambiental, e que retirar o material do sítio
64 é a última estância, e que a ideia é que o sítio seja preservado no local. Em seguida sugeriu uma indicação de
65 restrição do acesso de veículos, e falou que no Plano de Manejo já existe todas as indicações do que deveria ser
66 feito com os sítios arqueológicos para restringir os acessos, como a colocação de placas, aumento da fiscalização,
67 além da ajuda da própria comunidade local. Falou ainda que enquanto o plano de manejo não foi colocado em
68 prática, vai continuar existindo os meus problemas e as mesmas discussões. Além disso, falou do
69 cadastramento de novos sítios arqueológicos, a participação do IPHAN dentro do CGS e a criação de um museu
70 para o acervo arqueológico da Sabiaguaba, para que seja um centro de referência para educação, não só para
71 questão ambiental mas também no que tange ao patrimônio arqueológico cultural. Em seguida, Raphael Pires,
72 IAB, perguntou se existe algum fundo, com verba federal, que financie. Além disso, falou da importância de se
73 externar a importância dos sítios arqueológicos, não só para a comunidade da Sabiaguaba, mas para a de toda
74 a cidade, gerando assim, na comunidade o valor que os sítios possuem. Luci Danielli, IPHAN, respondeu que o
75 que se foi pensado, juntamente com a SEUMA, foi o Termo de Cooperação Técnica, em que o IPHAN iria entrar
76 como um capacitador do tema e um órgão fiscalizador dos sítios. Falou ainda que a partir do Termo de
77 Cooperação técnica será feito um plano de trabalho. Natália Nogueira, SEUMA, completou dizendo que foi por
78 conta do termo que foi convidada algumas instituições para que junto com o conselho gestor pudesse compor
79 o termo de cooperação técnica, uma vez que no CGS possui várias pessoas da comunidade que convivem com a
80 área de perto. E assim, possa haver uma melhor gestão, fiscalização e proteção do Parque Natural
81 Municipal das Dunas da Sabiaguaba - PNMDs. Continuou dizendo que a SEUMA, irá buscar junto a Secretaria
82 do Meio Ambiente do Ceará – SEMA, o plano de mapeamento da rota de veículos para que possa ser usado
83 como modelo e subsídio para a fiscalização no PNMDs. Daniele, AGEFIS, sugeriu que a Secretaria Municipal de
84 Conservação e Serviços Públicos - SCSP também estivessem no termo de cooperação técnica. Logo após, a

Folha: de





85 palavra foi passada para Rusty Barreto, da Associação dos Amigos do Ecomuseu do Mangue –
86 ASADOECOMUNAM, que concluiu sua fala dizendo que a 6 anos que o conselho foi formado e a 6 anos se
87 discute a preservação da Sabiaguaba. Falou que o IPHAN fez falta durante todo o processo de luta para
88 preservação ambiental e dos sítios arqueológicos. E que, em sua opinião, existe um longo atraso com relação a
89 proteção ambiental. Falou ainda da importância da comunidade estar inserida no processo desde o começo
90 porque convive com a realidade. E que a população está cansada de fazer denúncias e não há nenhum retorno.
91 Quanto aos sítios arqueológicos, falou na fragilidade dos mesmos e quanto tem sido impactados. Falou em sua
92 preocupação em que as coisas não melhorem e os sistemas naturais continuem vulneráveis e na importância
93 de se colocar em prática o Plano de Manejo da Sabiaguaba. Finalizou dizendo, da importância da sinalização e
94 da colocação das placas informativas e de sinalização. Seu Rozimar Maurício, da Associação Amigos da
95 Gereberaba – AMAG, que além das placas deve-se haver uma efetiva fiscalização na área. Em seguida, Raphael
96 Pires, IAB, falou que todo planejamento deve ser feito em curto médio e longo prazo. E que em curto prazo é a
97 fiscalização de que deveria agir, por exemplo. Porém se não houver um trabalho sério de conscientização, na
98 hora que a fiscalização não estiver presente a pessoa vai cometer o crime ambiental. Em seguida, Coronel
99 Mota, do Batalhão de Polícia do Meio Ambiente – BPMA, sugeriu que fosse formado um plano de ação com
100 metas estabelecidas com um ou duas vezes na semana tendo fiscalização, com DETRAN, PRE e BPMA com os
101 representantes da prefeitura e do IPHAN, oficia e coloca em prática a ação. Seja com um ação de educação, seja
102 repressão, caso precise prender algum infrator. Natalia Nogueira, SEUMA, completou dizendo que as próximas
103 ações devem ser de repressão, uma vez que já foi realizada ação de educação junto a AGEFIS, e BPMA. Em
104 seguida foi feito o levantamento dos órgão e entidades que farão parte do termo de cooperação técnica entre
105 eles: AGEFIS, SEUMA, BPMA, IPHAN, Polícia Municipal Ambiental, Secretaria de Segurança do estado,
106 Fiscalização do DETRAN, AMC, SR VI, IBAMA, Polícia Rodoviária Estadual e Polícia Federal. Após serem
107 finalizadas as atividades, Natália Nogueira, SEUMA, deu por finalizada a reunião.
108 Estiveram presentes 8 representantes, sendo estes:

	Instituição	Representante
1	SEUMA	Maria Edilene S. Oliveira
2	SEPOG	Vicente Ferrer
3	CEAP	Felipe Pontes
4	ASADOECOMUNAM	Rusty de Castro Sá Barreto
5	AMAG	Rozimar Maurício de Souza
6	VERDELUZ	Ketlly Capistrano do Nascimento
7	UFC	Gil Célio de Castro
8	IAB	Raphael Pires de Sousa

110
111 A reunião contou ainda com alguns participantes:

	Instituição	Representante
1	BPMA	Ten. Coronel Mota
2	IPHAN-CE	Luci Danielli
3	AGEFIS	Nádia Santos Costa
4	SEUMA	Natália Nogueira Rocha

Folha: de





5	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE TRADICIONAL DE SABIAGUABA	Francisco Aurélio
6	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE TRADICIONAL DE SABIAGUABA	Gleyciany Queiroz Freitas
7	SEUMA	Silvia Maciel

Das instituições representantes do CGS que não compareceram, apenas a UECE apresentou justificativa.

Fortaleza, 20 de agosto de 2018.

Natália Nogueira Rocha
Secretária Executiva do CGS

Folha: de